



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM PERNAMBUCO

Instrumento

CONTRATO DE CESSÃO DE USO GRATUITO dos

Cessionário(outorgado)
quem recebe o imóvel

RIP do imóvel que está
sendo cedido

imóveis da União, localizados na Rua Major
7, Santo Amaro, no Município de
Pernambuco, que entre si fazem, como
ente, a **UNIÃO** e, como
OUTORGADA Cessionária, a **FUNDAÇÃO INSTITUTO
BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA –
IBGE** – Unidade Estadual do IBGE em Pernambuco,
conforme Processo Administrativo nº **10480.005982/91-35**
e **RIP nº 2531.00209.500-1**.

Número do processo
correspondente ao
contrato

Aos 18 (dezoito) dias do mês de agosto do ano de 2022, na
Superintendência do Patrimônio da União em Pernambuco, Rua
3º andar, bairro do Pina, no Município do Recife/PE, nos autos nº
8.666, de 21/06/1993, compareceram partes entre si justas e acordadas, de um lado, como
Outorgante Cedente, a **UNIÃO**, representada neste ato, com fulcro no Art. 2º, inciso VI, da
Portaria SPU/ME nº 14.094, de 30/11/2021, publicada no D.O.U. em 01/12/2021, pela
Superintendência do Patrimônio da União em Pernambuco, cadastrada no CNPJ/MF sob o nº
00.489.828/0022-80, órgão integrante da estrutura da Secretaria de Coordenação e Governança do
Patrimônio da União, da Secretaria de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, do Ministério
da Economia, através de seu Superintendente, o Sr. MARCOS GESTEIRA COSTA, brasileiro,
casado, servidor público federal, portador da carteira de identidade nº 4.682.356 SDS/PE, inscrito
no CPF sob o nº 020.828.834-18, residente e domiciliado na cidade do Recife/PE, nomeado por
meio da Portaria SEDDM nº 1.283, de 04/02/2022, publicada no D.O.U. nº 26, Seção 2, página 16,
em 07/02/2022, e, do outro lado, como **Outorgada Cessionária**, a **FUNDAÇÃO INSTITUTO
BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE** – Unidade Estadual do IBGE em
Pernambuco, Fundação Pública de Direito Público, inscrita no **CNPJ sob nº**

CNPJ de quem
recebeu o imóvel

33.787.094/0020-02, com endereço à Avenida Engenheiro Domingos Ferreira, nº 1097, Boa
Viagem, Recife/PE, neste ato representada pela sua Chefe de Unidade Estadual - Substituta, a Sra.
FERNANDA ESTELITA LINS, brasileira, casada, portadora da carteira de identidade nº 4.682.356
SSP/PE, inscrita no **CPF/MF sob o nº 023.974.464-05**, residente e domiciliada na cidade do Recife/PE,
nomeada pela Portaria nº 932, de 28 de Novembro de 2017. E, na minha presença, o representante da União
nomeado e assinado por: **CLÁUSULA PRIMEIRA** – que a **UNIÃO** é senhora e legítima proprietária dos imóveis localizados na Rua
Major Codeceira, nºs 121 e 137, Santo Amaro, no Município de Recife, registrados em nome da
União no Segundo Ofício de Registro de Imóveis do Recife/PE, sob as matrículas nº **36.105** e nº
37.738, respectivamente, e **RIP nº 2531.00209.500-1**.

CPF do representante
de quem recebeu o
imóvel

RIP do imóvel que está
sendo cedido

Prazo de **10 anos** refere-
se a **vigência do contrato**

Se destina a é a mesma
coisa que **Finalidade**

CLÁUSULA SEGUNDA – que os imóveis totalizando uma área de
1.033.30 m², estão descritas nas matrículas dos imóveis citadas na cláusula anterior. **CLÁUSULA
TERCEIRA** – que, de acordo com o disposto no art. 18, inciso I, do Decreto nº 15/05/1998, no §3º
art. 11, do Decreto nº 15/05/1998, no §3º, do Decreto nº 15/05/1998, no §3º, do Decreto nº 15/05/1998, no §3º,
Destinação Superveniente do Processo nº **10480.005982/91-35** (SEI
26849818), neste ato a Outorgante Cedente formaliza a Cessão de Uso Gratuito à Outorgada
Cessionária do imóvel antes descrito e caracterizado, que se destina ao funcionamento da Sede da
Unidade Estadual do IBGE de Pernambuco, pelo prazo de 10 (dez) anos, prorrogável por iguais e
sucessivos períodos, a critério e conveniência do Ministério da Economia. **PARÁGRAFO ÚNICO**



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA
DE
PATRIMÔNIO
UNIONÁRIO

SECRETARIA
DE
PATRIMÔNIO
UNIONÁRIO

obrigação: ocupação do imóvel,
projeto de destinação referem-se a
obrigação de **implantação do
projeto de destinação**

Atenção!
Obrigado a
sua responsabilidade
se incumbirá
São obrigações!

– a partir da data de assinatura do presente contrato, fica concedido o **prazo de 01 (um) ano para a ocupação do imóvel**, o qual poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Ministério da Economia, desde que devidamente justificado pela Outorgada. **CLÁUSULA QUARTA** – que, a partir da data de assinatura do presente instrumento, a **Outorgada Cessionária** se incumbirá da administração, uso, conservação e demais responsabilidades sobre as **despesas oriundas do imóvel**, inclusive àqueles referentes à **segurança, energia, água, esgoto e taxas municipais**. **PARÁGRAFO ÚNICO** - no caso da Outorgada Cessionária não apresentar interesse em renovar o presente contrato e/ou desejar rescindi-lo antes de seu término, ficarão sob a sua **responsabilidade as despesas de manutenção e guarda do imóvel**, inclusive àqueles referentes à energia, água, esgoto e taxas municipais, por um prazo de **180 (cento e oitenta) dias**, ou até que seja dada nova destinação ao mesmo, o que ocorrer primeiro. **CLÁUSULA QUINTA** – que, com fundamento no art. 17, § 2º, inciso I, da Lei nº 8.666/93, a licitação para a Cessão de Uso Gratuito ora celebrada foi dispensada em 2022, através de Declaração do Senhor Superintendente do Patrimônio da União em Pernambuco, acostada ao processo administrativo em referência (SEI 26866953). **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - com fundamento no art. 26 da Lei nº 8.666/93, a Declaração de Dispensa de Licitação acima mencionada encontra-se no processo administrativo em referência, do Patrimônio da União, conforme Extrato de Dispensa de Licitação nº 001/2022, de 16, Seção 3, fls. 45, em 17/08/2022. **PARÁGRAFO SEGUNDO** - com fundamento no art. 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93, a Superintendência do Patrimônio da União em Pernambuco providenciará a publicação do extrato do presente instrumento no Diário Oficial da União. **CLÁUSULA SEXTA** – que, atendendo aos termos da Portaria SPU nº 122, de 13 de junho de 2000, a **Outorgada Cessionária deverá afixar placa no imóvel** objeto da presente cessão, contendo as marcas da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, do Ministério da Economia, e do Governo Federal, ficando os custos de confecção e instalação da placa a cargo da Outorgada Cessionária. **CLÁUSULA SÉTIMA** – que a Outorgada Cessionária fica obrigada a: **I) executar projeto que garanta a acessibilidade do imóvel nos** termos da Lei nº 10.048, de 08/11/2000 e da Lei nº 10.098, de 19/12/2000, regulamentadas pelo Decreto nº 5.296, de 02/12/2004, e conforme os critérios estabelecidos pela Norma 9050/2004 da ABNT, ou legislação que venha a substituí-los ou complementá-los; **II) remeter anualmente, à SPU/PE, relatório circunstanciado que comprove o adimplemento do encargo previsto.** **CLÁUSULA OITAVA** - que a Outorgada Cessionária se compromete a: **I) adotar modelo de gestão organizacional e de processos estruturados na implementação do uso racional de recursos naturais, promovendo a sustentabilidade econômica na Administração Pública; II) implementar ações de eficiência energética e de boas práticas na gestão e uso de água, de acordo com as disposições da Portaria MP/SLTI nº 02, de 04 de junho de 2014 e as recomendações da Portaria MP nº 23, de 12 de fevereiro de 2015, ou legislação que vier a substituí-las ou complementá-las; III) implantar a separação dos resíduos recicláveis descartados na fonte geradora, destinando-os à coleta seletiva solidária em cumprimento ao Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006.** **CLÁUSULA NONA** – que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (art. 225 §3º da Constituição Federal). **CLÁUSULA DÉCIMA** - que a Outorgada Cessionária fica obrigada a: **I) desenvolver um Plano de Prevenção e Combate a Incêndios – PPCI, e a apresentar o respectivo laudo conclusivo de vistoria do corpo de bombeiros; e II) obter a carta “habite-se” emitida pelo Poder Público Local.** **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – que na contratação de execução de obras públicas, previamente autorizada pela SPU/PE, a Outorgada Cessionária compromete-se a atender as determinações do Acórdão nº 853/2013 – TCU-Plenário, que importam assunção de obrigação

Obrigação: Deverá afixar placa
- **Manutenção e operação
predial - placa identificação**

Se compromete **não**
é obrigação



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM PERNAMBUCO

de fazer quanto: I) à inclusão de cláusulas contratuais em edital e contrato que estabeleçam a obrigação do contratante, em conjunto com a Administração Pública, providenciar, como condição indispensável para o recebimento definitivo do objeto: I.1) “as built” da obra, elaborada pelo responsável de sua execução; I.2) comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás; I.3) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando a obra; I.4) carta de “habite-se”, emitida pela Prefeitura; I.5) certidão negativa de débitos previdenciários, específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis; II) à exigência, junto à contratada, da reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia da obra, nos termos do art. 618 da Lei nº 10.406/2002, c/c o art. 69 da Lei nº 8.666/93 e o art. 12 da Lei nº 8.078/901; III) à abstenção de realizar o recebimento provisório de obras com pendências, as quais deverão ser solucionadas pela construtora, nos termos do Acórdão nº 853/2013-TCU-Plenário; IV) à realização de avaliações periódicas da qualidade das obras concluídas sob gestão própria, após seu recebimento, no máximo a cada doze meses, bem como a notificação do contratado quando de feitos forem observados durante o prazo de garantia quinquenal, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas; V) ao ajuizamento de ação judicial caso os reparos não sejam iniciados pelo contratado; VI) ao arquivamento, entre outros documentos, de projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamento, termos de recebimento, contratos e aditamentos, diário de obras, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento da obra e notificações expedidas. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** – que considerar-se-á rescindido o presente contrato independentemente de ato especial, retornando o imóvel à posse da Outorgante Cedente, sem ter direito a Outorgada Cessionária a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, nos seguintes casos: a) – se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada utilização diversa da que lhe foi destinada; b) – se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual; c) – se a Outorgada Cessionária renunciar à Cessão, deixar de exercer as suas atividades específicas ou se extinguir; d) – se, em qualquer época, a Outorgante Cedente necessitar do imóvel para seu uso próprio, ressalvada, em tal caso, a indenização por benfeitorias necessárias, de cuja realização tenha sido dado o prévio e indispensável conhecimento à União. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** – que a presente cessão é feita nas seguintes condições: a) cessado o prazo estabelecido na Cláusula Terceira, sem a ocorrência da prorrogação nela prevista, reverterá o próprio nacional à administração da Outorgante Cedente, independentemente de ato especial; b) a cessão fica sujeita à fiscalização periódica por parte da SPU; c) não será permitida a invasão, cessão, locação ou utilização do imóvel para fim diverso do previsto na Cláusula Terceira; d) qualquer ampliação ou alteração do imóvel cedido deve, obrigatoriamente, ser comunicada prévia e formalmente à SPU/PE, incumbindo à Outorgada Cessionária, após a autorização, encaminhar à SPU/PE a documentação necessária à averbação no Cartório de Registro de Imóveis competente, bem como a certidão comprobatória de sua ocorrência. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** – que verificado o descumprimento de quaisquer das condições mencionadas nas letras “a”, “b”, “c” e “d” da Cláusula Décima Terceira, serão fixadas as responsabilidades decorrentes dos fatos apurados, resguardados os imperativos legais e os preceitos da hierarquia funcional. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** – para sanar possíveis controvérsias oriundas do presente instrumento, as partes comprometem-se a submetê-las, preliminarmente, à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF, com base no disposto no art. 37, da Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015. **PARÁGRAFO ÚNICO** – não havendo êxito na tentativa de conciliação acima referida, as partes elegem o Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias decorrentes do presente instrumento. Pela Outorgada Cessionária, por intermédio do seu representante legal, foi dito que aceitava o presente Contrato, em todos os seus termos e sob o regime estabelecido, para que produza os devidos efeitos jurídicos. E, assim, por se acharem



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM PERNAMBUCO

ajustados e contratados a **UNIÃO** como Outorgante Cedente, e a **FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE – Unidade Estadual do IBGE em Pernambuco**, como Outorgada Cessionária, através de seus representantes legais, assinam o presente instrumento que, depois de lido e achado conforme, é lavrado na Superintendência do Patrimônio da União em Pernambuco, valendo o mesmo como Escritura Pública, por força do Art. 74, do Decreto 9.760/46, e do Art. 102, inciso III, do Anexo I, do Decreto nº 9.745/2019. E eu, Fernanda Felício, Fernanda Felício Mathias da Silva, Matrícula SIAPE nº 1.573.450, lavrei o presente CONTRATO DE CESSÃO DE USO GRATUITO, que vai assinado por mim e pelos presentes.

Recife, 18 de agosto de 2022

O prazo de vigência se
inicia a partir desta data
(data de assinatura)

OUTORGANTE CEDENTE: UNIÃO

Quem recebeu o
imóvel

MARCOS GESTEIRA COSTA

Superintendente do Patrimônio da União em Pernambuco

OUTORGADO CESSIONÁRIO: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE

Fernanda Estelita Lins

FERNANDA ESTELITA LINS

Chefe da Unidade Estadual do IBGE em Pernambuco - Substituta

Pessoa Física que representa o
órgão cessionário sendo quem
assina o contato - representante
legal